

OFICINA DE LEITURA

Imaginação sociológica

“(...) essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva a outra - da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a estrutura militar; de considerações de uma indústria petrolífera para estudos da poesia contemporânea. É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano - e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam.”

Charles Wright Mills A promessa In: Charles Wright Mills A imaginação sociológica Trad Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p 13-

“Um otimismo inato era apenas uma das razões por que meu pai continuava esperançoso de que a humanidade não desperdiçaria os poderes mágicos que ele tinha me apresentado diante de nossa lareira. Uma outra foi seu encontro com a natureza da luz.

Uma vez, enquanto eu tirava uma barra de ferro do fogo, meu pai me perguntou: “Consegue adivinhar o que sai do metal aquecido e alcança seus olhos, para que você consiga enxergar seu brilho vermelho?”. Eu não fazia ideia. Felizmente, eu não estava sozinho.

Durante séculos, a luz dividiu as melhores mentes, ele disse. Alguns, como Aristóteles e James Maxwell, pensavam na luz como um tipo de perturbação no éter, uma onda que se propaga para fora a partir de uma fonte inicial – como o som. Outros, como Demócrito e Isaac Newton, apontaram que, ao contrário do som, a luz não é capaz de fazer curvas – algo que as ondas fazem por sua própria natureza – e, portanto, ela deveria ser feita de coisas minúsculas, ou partículas, viajando numa linha reta antes de atingir nossa retina. Quem estava certo?

A vida do meu pai mudou, ou foi o que ele me disse, quando leu a resposta de Albert Einstein: eles estavam todos certos! A luz é, ao mesmo tempo, um fluxo de partículas e uma série de ondas. Mas como podia ser? As partículas diferem fundamentalmente das ondas. Elas estão localizadas em apenas um único ponto em um dado instante no tempo, têm momento e só se movimentam em uma linha reta, a não ser e até que alguma coisa entre em seu caminho. As ondas, em contrapartida, são oscilações de um meio, que é o que lhes permite fazer curvas e transportar energia em muitas direções diferentes ao mesmo tempo. Provar, como Einstein tinha feito, que a luz era tanto partículas como ondas era admitir que algo pode ser duas coisas absolutamente contraditórias de uma única vez.

Para o meu pai, a natureza dual da luz era a porta de entrada para reconhecer o dualismo essencial subjacente a toda a natureza, e também à sociedade. “Se a luz pode ser duas coisas muito diferentes ao mesmo tempo”, ele se perguntava em uma carta que escreveu quando jovem para sua mãe, “se a matéria é energia e a energia é matéria”, como Einstein também tinha descoberto, “por que temos que retratar a vida em termos de preto e branco ou, ainda pior, em alguma nuance de cinza?”.

Quando cheguei aos doze ou treze anos, estava claro para mim de nossas conversas recorrentes que o amor do meu pai pela magia do ferro – a tecnologia – e pela física de Einstein – a dualidade contraditória de todas as coisas – tinha alguma coisa a ver com sua orientação política de esquerda, pela qual ele passou vários anos em campos de prisioneiros. Meu palpite se confirmou quando me deparei com o texto de um discurso da primeira pessoa a formular a noção de materialismo histórico: Karl Marx. Era como se meu pai estivesse dizendo as palavras:

Em nossos dias, tudo parece repleto de seu contrário: o maquinário, dotado do maravilhoso poder de diminuir e frutificar o trabalho humano, contemplamos esfomeados e estafados; as fontes modernas de riqueza, por algum estranho feitiço, são transformadas em fontes de necessidade; as vitórias da arte parecem compradas pela perda de caráter.³

O poder de reduzir o trabalho humano e torná-lo mais frutífero resultava da grande transformação de matéria que meu pai havia demonstrado com tanto entusiasmo em meu benefício: o ferro virando aço em nossa lareira, o calor virando energia cinética no milagroso motor a vapor de James Watt, os pequenos milagres acontecendo dentro dos ímãs e fios do telégrafo. Mas, desde a Quinta Raça de Hesíodo, esse era um poder repleto também de seu oposto: o poder de esfaimar e estafar, de transformar uma fonte de riqueza numa fonte de necessidade.

(...) Mas, ao contrário de Hesíodo – ou, aliás, dos moralistas de nossa própria era –, meu pai não sentia necessidade de tomar algum partido, ser ou um tecnóforo, ou um entusiasta da tecnologia. Se a luz pode ter duas naturezas contraditórias, e se tudo na natureza repousa em uma oposição binária, então o ferro enrijecido, os motores a vapor e os computadores em rede também podem ser, ao mesmo tempo, libertadores ou escravizadores em potencial. E assim cabe a nós, coletivamente, determinar qual dessas duas coisas eles serão. É aí que entra a política.” Yanis Varoufakis em “**Tecnofeudalismo**”

Marx

Nos nossos dias, tudo parece prenhe do seu contrário. Observamos que maquinaria dotada do maravilhoso poder de encurtar e de fazer frutificar o trabalho humano o leva à fome e a um excesso de trabalho. As novas fontes de riqueza transformam-se, por estranho e misterioso encantamento, em fontes de carência. Os triunfos da arte parecem ser comprados à custa da perda do carácter. Ao mesmo ritmo que a humanidade domina a natureza, o homem parece tornar-se escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Mesmo a luz pura da ciência parece incapaz de brilhar a não ser sobre o fundo escuro da ignorância. Todo o nosso engenho e progresso parecem resultar na dotação das forças materiais com vida intelectual e na redução embrutecedora da vida humana a uma força material. Este antagonismo entre a indústria e a ciência modernas, por um lado, e a miséria e a dissolução modernas, por outro; este antagonismo entre os poderes produtivos [productive powers] e as relações sociais da nossa época é um facto palpável, esmagador, e que não é para ser controvertido. Alguns partidos podem lamentar-se disso; outros podem desejar ver-se livres das artes modernas, a fim de se verem livres dos conflitos modernos. Ou podem imaginar que tão assinalável progresso na indústria requer que seja completado por uma igualmente assinalável regressão na política. Pela nossa parte, não nos engana a forma do espírito astucioso que continua a marcar todas estas contradições. Sabemos que, para trabalharem bem, as novas forças da sociedade apenas precisam de ser dominadas por novos homens – e os operários são esses [novos homens]. Eles são tanto uma invenção dos tempos modernos como a própria maquinaria. Nos sinais que desorientam a classe média, a aristocracia e os pobres profetas da regressão, reconhecemos o nosso bom amigo, Robin Goodfellow^(1*), a velha toupeira que sabe trabalhar a terra tão rapidamente, esse digno sapador – a Revolução. Os operários ingleses são os primeiros filhos da indústria moderna. Certamente que não serão, então, os últimos a ajudar a revolução social produzida por essa indústria, uma revolução que significa a emancipação da sua própria classe em todo o mundo, [uma revolução] que é tão universal como a dominação do capital e a escravidão assalariada. Eu conheço as lutas heróicas por que a classe operária inglesa passou desde os meados do século passado – lutas menos celebradas, porque são amortalhadas em obscuridade e abafadas pelo historiador da classe média. Para vingar as malfeitorias da classe dominante havia na Idade Média, na Alemanha, um tribunal secreto, chamado "Vehmgericht". Se se visse uma cruz encarnada a marcar uma casa, as pessoas sabiam que o seu proprietário estava condenado pelo "Vehm". Todas as casas da Europa estão hoje marcadas com a misteriosa cruz encarnada. A História é o juiz – o seu executor, o proletário.”

Durkheim

Quando exerço minhas tarefas de irmão, esposo ou cidadão, quando realizo compromissos que assumi, cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos e eu os sinta interiormente na realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os concebi, mas os recebi por meio da educação. Quantas vezes, liás, chegamos mesmo a ignorar os detalhes das obrigações que nos incumbe, e, para conhecê-los, temos de consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Da mesma forma, as crenças e as práticas da vida religiosa, os fiéis, ao nascer, as encontram prontas; se elas já existiam antes deles, isso significa que existem fora deles. O sistema de signos de que me sirvo para expressar meu pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas adotadas em minha profissão etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Tomando, um após o outro, todos os membros que compõem uma sociedade, as conclusões anteriores poderão ser repetidas a propósito de cada um. Eis aí, portanto, maneiras de agir, pensar e sentir que apresentam essa notável propriedade de existir fora da consciência individual.

Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, mas também dotados de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se impõem a ele, quer queira, quer não. Sem dúvida, quando me conformo a essa coerção voluntariamente, ela não se faz ou se faz pouco sentir, sendo inútil. Mas, ainda assim, ela não deixa de ser um traço intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirma caso eu tente resistir. Se experimento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir o meu ato, se ainda houver tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo a sua forma normal, se ele tiver sido realizado e for reparável, ou para me fazer expiá-lo, se não houver outro modo de repará-lo. E quanto às máximas puramente morais? A consciência pública reprime todo ato que as ofenda por meio da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e através das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo; se, ao me vestir, não levo em conta os costumes seguidos em meu país e em minha classe, o riso que provoço e o isolamento em que me vejo produzem, ainda que de modo atenuado, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Aliás, a coerção, por ser apenas indireta, não é menos eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar moedas legais; mas me é impossível agir de outra maneira. Se procurasse escapar dessa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. Industrial, nada me interdita trabalhar com procedimentos e métodos de outro século; mas, se o fizesse, certamente me arruinaria. Ainda que eu possa, de fato, libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso não ocorre jamais sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. E, mesmo que elas sejam finalmente vencidas, fazem sentir suficientemente seu poder coercitivo pela resistência que opõem. Mesmo quando bem-sucedido, não há inovador cujos empreendimentos não se choquem com oposições desse gênero.

Eis, portanto, uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se lhe impõem. Em conseqüência, não poderiam ser confundidos com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, que existem somente na consciência individual e por meio dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e a eles deve ser dado e reservado o qualificativo de sociais. Esse qualificativo lhes convém, pois é claro que, não tendo o indivíduo por substrato, eles não podem ter outro que não a sociedade, seja a sociedade política como um todo, seja qualquer um dos grupos parciais que ela contém, sejam confissões religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais etc. Por outro lado, é unicamente a esses fatos que aquela expressão convém; pois a palavra social só tem sentido definido com a condição de designar apenas os fenômenos que não entram em nenhuma categoria de fatos já constituídos e denominados. Eles constituem, portanto, o domínio próprio da sociologia

Weber

Quando várias pessoas agem com base na expectativa das ações dos outros, Weber chama de relação social: um comportamento reciprocamente referido, ou seja, as ações sociais se fixam em relações sociais. Como por exemplo, temos amizade, luta ou uma compra, essas são relações sociais que se estabelecem em formas específicas em cada cultura, cuja seus indivíduos partilham e constroem. Essas relações transmitem ideias e valores de uma sociedade, legitimando certos comportamentos ou reprimindo outros. Para Weber as relações sociais são a base das ordens sociais como o Estado, o direito, a economia ou a religião. A partir de ações sociais comerciais podemos encontrar as relações sociais comerciais, que constroem a ordem social comercial.

Um exemplo de como ele constrói esses modelos se dá em sua teoria política. Para ele, o poder é a capacidade de impor sua vontade em uma relação social, por isso está em todas as esferas e pode ser pequeno e temporário, ou grande e permanente. Seu método permite enxergar relações de poder das menores e menos estabelecidas às maiores e mais fixadas. Porque sua teoria parte do princípio que os indivíduos constroem a sociedade, ao analisar estruturas de poder, ele vai olhar para como os indivíduos dão sentido a essa situação. Então a pergunta partiria de porque os indivíduos obedecem nessa situação? Que sentido é criado para fazer com que obedecer seja melhor que resistir?

A partir disso ele constrói sua teoria de dominação. Quando, em uma relação de poder, o subordinado aceita e obedece, considerando a dominação desejável ou suportável o suficiente para não ser questionada, essa dominação é legítima. Isso não significa que ela é justa, correta ou racional, somente que existe uma aceitação pelos subordinados. Autoridades exercem e mantêm seu poder, é um fenômeno social constante no qual quanto mais força ou violência for necessário, menos legítima elas são. Afinal, segundo o autor, nenhuma relação baseada somente no uso da força se mantém por muito tempo, e para ser dominação precisa de algum reconhecimento de sentido do subordinado.

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas em uma determinada relação. Por exemplo, um professor tem com um aluno na sala de aula uma relação de poder, na qual é socialmente aceito que na duração da aula ele mande em seu aluno. Essa relação é estabelecida socialmente, e temos diversos tipos de autoridade em nossas vidas que não questionamos que devemos obedecer. A probabilidade de um aluno aceitar as ordens de um professor é alta, dado que é uma relação de dominação socialmente legítima.